

---

## **A “LUTA DO POVO DE ALAGAMAR” (1975-1981): HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA QUE EDUCAM**

Gildivan Francisco das Neves \*  
Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo \*\*

### **INTRODUÇÃO**

A discussão em torno da sistematização de uma educação do campo vem ganhando destaque nas últimas décadas no Brasil. Porém, o modelo educativo proposto na atualidade tende a valorizar os conhecimentos que remetem ao espaço urbano e a silenciar as questões relativas ao campo. Um exemplo desta exclusão histórica é a Luta do Povo de Alagamar ocorrida entre os anos de 1975 e 1981 na Fazenda Alagamar. Embora tenha adquirido repercussão nacional, hoje são poucos os jovens da comunidade de Alagamar e da cidade de Salgado de São Félix que conhecem este fato.

Este artigo se trata de uma pesquisa inicial que tem por objetivo discutir a vinculação existente entre os movimentos sociais e a educação no campo, partindo do conflito agrário anteriormente referido. Neste sentido, nos questionamos: Qual a relevância de no âmbito dos movimentos sociais discutirmos a respeito da educação do campo? O que foi a Luta do Povo de Alagamar? De que maneira as experiências e saberes constituídos pelos agricultores/as envolvidos/as neste conflito podem ser apropriados no contexto da escola?

### **A Educação no Campo e os Movimentos Sociais**

Um dos pontos mais abordados pelos movimentos sociais no que se refere ao campo é o reconhecimento das especificidades deste espaço no tocante a educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) em seu artigo 28 garante que na oferta da educação básica a população rural, devem ser feitas adaptações nos conteúdos, metodologias e no calendário escolar que visem à adequação do ensino as reais necessidades e interesses dos/as alunos/as desta área. Porém, existe um distanciamento entre a teoria e a prática, e em muitos casos a forma como o ensino é conduzido ocasiona um estranhamento neste público e em algumas situações o abandono do espaço escolar.

Na tentativa de sistematizar uma educação que esteja de acordo com as necessidades dos moradores do campo é que se tem formulado um debate em torno de uma educação do campo. Assim,

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador [...].

Para atender a essas especificidades e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo – agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caçaras, quilombolas, seringueiros – vem sendo concebida a *Educação do Campo* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p.9, grifos do autor).

A organização de uma educação do campo é interessante na medida em que contribui para o rompimento do silenciamento histórico no tocante às questões voltadas para o espaço rural. Porém, a construção deste modelo educacional não é tarefa fácil, haja vista que, no tocante a educação existe uma “história tão tensa e tão dinâmica quanto a mais recente história do campo e das lutas pelo direito à terra, ao trabalho” (ARROYO, et.al, 2008, p.7).

Na elaboração desta educação do campo, é importante ressaltar a participação dos movimentos sociais voltados para o campo. Estes hoje possuem uma nova configuração e não reivindicam apenas o direito a moradia, ao acesso a terra ou a melhores condições de trabalho. Assim, existe “[...], um reconhecimento de que eles [os movimentos sociais] detêm um saber, decorrentes de suas práticas cotidianas, passíveis de serem apropriadas e transformadas em força produtiva” (GOHN, 2010, p.41).

Uma das formas de romper com este silenciamento histórico no que tange as questões do campo é recuperar as histórias de acontecimentos tais como conflitos e as vivências de homens e mulheres que estiveram envolvidos/as neste fato. Neste sentido, acreditamos que a História enquanto área do conhecimento e disciplina escolar se constitui como um eficiente mecanismo de desconstrução de estereótipos pejorativos construídos em relação às pessoas do campo. Um dos acontecimentos referentes ao campo que podem ser mencionados é o Conflito de Alagamar.

**“Bispos tornam-se Vaqueiros”: o conflito de Alagamar e seu potencial educativo**

Alagamar é uma comunidade rural que tem o seu território situado parte em Salgado de São Félix, parte em Itabaiana, cidades localizadas no Agreste paraibano. Esta área em um período compreendido entre os anos de 1975 e 1981 passou por um dos mais importantes conflitos agrários ocorridos na Paraíba e que ganhou repercussão a nível nacional.

A Grande Alagamar como é popularmente conhecida, a época do conflito era um latifúndio de propriedade do senhor Arnaldo Maroja, que de acordo com o Informativo Arquidiocesano nº83 de Janeiro/ Fevereiro de 1980 possuía aproximadamente 13.000 hectares onde moravam cerca de 700 famílias que praticavam a agricultura de subsistência. A vida dos/as moradores/as de Alagamar era marcada por um ritmo de trabalho natural como postula Thompson (1998, p.271) a respeito dos camponeses. Com a morte do proprietário da Fazenda Alagamar que não era casado, nem tinha filhos, a localidade foi deixada em um testamento para ser vendida e o dinheiro obtido dividido entre seus 42 herdeiros. A venda foi feita a usineiros pernambucanos sem que os/as trabalhadores/as soubessem e estes/as foram obrigados/as a se retirar. Como estratégia de expulsão, os novos donos soltaram o gado nas plantações dos trabalhadores rurais.

Diante deste quadro tem início o conflito, já que os/as trabalhadores/as de Alagamar se recusavam a desocupar a propriedade, que se constituía como a única fonte de renda e sobrevivência destes. Começava, então, em Alagamar um período marcado por manifestações, perseguições, acusações e atos violentos empreendidos pelos novos proprietários em relação aos agricultores.

Na tentativa de impedir a expulsão das terras, os agricultores da Fazenda Alagamar organizaram várias manifestações e comissões que se dirigiam a João Pessoa. Uma destas idas a capital ocorreu em outubro de 1978 quando um grupo de camponeses dirigiu-se a esta localidade para falar com o governador do Estado reivindicando proteção policial e a desapropriação. Neste sentido, “[...], o governo do Estado tomou algumas providências, sem, no entanto, melhorar muito a situação, já que a resolução do problema dependia do Governo Federal” (NUNES; NASCIMENTO, et. al., sd,p.11).

Ainda no ano de 1978 os/as agricultores/as de Alagamar tendo como principais representantes Severino Isidro Faustino e Manoel Isidro Faustino, retornaram a João Pessoa no dia 7 de Novembro por ocasião da visita do então presidente General Ernest Geisel a Paraíba. Durante a reunião dos representantes da ARENA com o presidente, os

---

camponeses se reuniram para manifestar em frente ao Palácio da Redenção na busca de falar com Geisel e entregar um documento requerendo a desapropriação da Fazenda Alagamar.

Os/as agricultores/as de Alagamar estavam conscientes que uma medida de caráter emergencial poderia ser tomada pelo Governo Federal. Este assinou a desapropriação em 1981. Neste processo, os agricultores tiveram o apoio da ala progressista da Igreja Católica, do sindicato da categoria, além da FETAG e da CONTAG. Durante todo o desenrolar do conflito os representantes da ala progressista da Igreja Católica manifestaram apoio aos agricultores. Estes se fizeram presentes, por exemplo, na expulsão do gado que era solto nas plantações na tentativa de dispersar os moradores como está registrado na reportagem *Bispos e rurícolas de Alagamar expulsam o gado das plantações* do Jornal Diário da Borborema do dia 6 de Janeiro de 1980.

Tendo como base este breve panorama traçado a respeito do conflito de Alagamar percebemos a sua amplitude e o quanto este repercutiu a época. Ao analisá-lo podemos perceber que ele se constitui como um terreno fértil para discussões de temáticas como direitos humanos, acesso a propriedade da terra e possibilita que os jovens da comunidade reconheçam a sua história e se sintam valorizados.

### **Memória e História: uma possibilidade na construção de uma educação contextualizadora e conscientizadora**

A Luta do Povo de Alagamar, como mencionamos anteriormente, é desconhecida por grande parte dos/as jovens de Salgado de São Félix e da comunidade de Alagamar. Isto se deve em parte ao sistema educacional que estabelece de forma vertical aquilo que alunos/as devem estudar durante todo o ano letivo. Por outro lado, este desconhecimento, resulta da ausência de materiais como livros, artigos que tratem deste conflito e que possam ser utilizados em sala de aula pelos professores/as da localidade.

Uma possibilidade para a elaboração de uma educação do campo conscientizadora e contextualizadora é o uso da memória articulada a História. No tocante a memória cabe mencionar como afirma Bosi (1994, p.411) que existe um

indivíduo que recorda e memoriza estratos do passado que significam verdadeiros tesouros e que como nos propõe Halbwachs (2006, p.30) os testemunhos e relatos de pessoas envolvidas em determinados eventos servem para esclarecer questões a nosso ver obscuras em relação a tal fato.

Tendo como base as memórias de homens e mulheres envolvidos/as no conflito o professor (a) /pesquisador (a) pode através de entrevistas semi-estruturadas obter informações referentes à História de Vida e as percepções das pessoas envolvidas no movimento. O trabalho com a História Oral na comunidade possibilitará a elaboração de documentos que poderão ser utilizados, a exemplo, na escola já que como afirma Alberti (2005, p.81) as informações obtidas através de um projeto de entrevistas podem ser incorporadas em um conjunto de fontes que resultaram em novas pesquisas.

Através da memória podemos perceber que os conhecimentos, vivências e experiências das pessoas envolvidas na Luta do Povo de Alagamar, como ficou conhecida, possuem um caráter educativo e podem ser apropriados no contexto da escola. Trabalhar este conflito através da memória e da História Oral permite que como postula Thompson (1992, p.25) os diferentes pontos de vistas a respeito deste evento e do cotidiano a época da luta, sejam visibilizados.

Apartir dos fatos enfrentados pela população de Alagamar em um momento de crise, o conflito, estes elaboraram uma experiência que muito tem a informar e a ensinar. É preciso ouvir estas experiências, e mais que isto, considerá-las como dotadas de um saber, um saber da experiência, que pode ser apropriado no âmbito escolar na busca pela promoção de uma educação do campo conscientizadora e contextualizadora.

## **CONSIDERAÇÕES**

Tendo como base os materiais pesquisados e as leituras feitas até o presente estágio de nossa pesquisa, verificamos que muitas são as possibilidades de trabalho na área da Educação do Campo. Esta é uma temática que merece a nossa atenção, haja vista, que se faz urgente à construção de um ensino que esteja vinculado as reais necessidades de alunos/as do campo.

Na busca por esta educação podemos recorrer a fatos e eventos ocorridos nas comunidades rurais com o objetivo de despertar a população para os estereótipos preconceituosos que foram construídos em relação a este público. No caso específico de

Alagamar trabalharemos com a memória apartir das histórias de vida de pessoas da comunidade que a época do conflito estiveram envolvidos no conflito, para através de suas experiências e vivências articular um conhecimento que desperte nos jovens uma valorização dos seus costumes, culturas e comunidade.

Percebemos que ainda temos muito a fazer e a trabalhar nesta pesquisa, mas, acreditamos que a exposição de nossa proposta neste trabalho inicial foi fundamental para que possamos melhorar do ponto de vista teórico e metodológico apartir das discussões suscitadas.

---

\* Graduando em História na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: gildivanneves@hotmail.com.

\* \* Orientadora da Monografia. Professora do curso de História vinculada na Universidade Estadual da Paraíba.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ARROYO, Miguel Gonzales. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (orgs). *Por Uma Educação do Campo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO. n.º. 83. João Pessoa – Paraíba, Janeiro/Fevereiro 1980.
- JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA. Janeiro, 1980. Hemeroteca da senhora Maria das Neves Dias de Souza, moradora de Alagamar.
- LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO – LDB 9394/96. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm). Acesso: 3 de Junho de 2009 as 13:00 hs.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação no Campo: diferenças mudando paradigmas*. Cadernos Secad. Brasília, 2007.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. MÜLLER, Ricardo Gaspar. *História e Experiência: contribuições de E.P.Thompson à pesquisa em educação*. Revista Perspectiva, Florianópolis, v.21, n.02, p.329-349, jul/dez 2003.
- NUNES; NASCIMENTO, et.al. *Estado e Sociedade Civil na Paraíba na Época da Transição para a Democracia (1974-1985)*. Disponível em: [www.anpuhpb.org](http://www.anpuhpb.org). Acesso: 30 de Junho de 2010, as 14:00 hs.

---

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.  
THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado – História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.